

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(EN) Maurício Passos Ribeiro

ASPECTOS POLÍTICOS DO EMPREGO DE SUBMARINOS DE
PROPULSÃO NUCLEAR

POSSÍVEIS IMPACTOS PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Rio de Janeiro

2011

CC(EN) Maurício Passos Ribeiro

ASPECTOS POLÍTICOS DO EMPREGO DE SUBMARINOS DE
PROPULSÃO NUCLEAR
POSSÍVEIS IMPACTOS PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CF Mauricio

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2011

RESUMO

O Programa Nuclear da Marinha (PNM), iniciado na década de 70, deverá disponibilizar ao Estado brasileiro um submarino de propulsão nuclear nos próximos anos, fruto do longo esforço de nacionais e de uma parceria estratégica com a França. Tal conquista representará um salto estratégico para o Brasil, inserindo-o no seleto rol de Estados detentores desse armamento de elevado poder dissuasório. Além do emprego na estratégia de defesa nacional, o submarino nuclear poderá representar uma ferramenta relevante para a política externa brasileira. Este é o objeto de estudo deste trabalho, que investiga os possíveis impactos para a política externa brasileira, especialmente no que tange à busca por uma maior integração dos países da América do Sul, pela inserção dos Estados periféricos nos mecanismos decisórios do poder mundial, em conjunto com os outros BRIC, e por uma vaga como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Palavras-Chave: Submarino, Dissuasão, Poder militar, Política externa, América do Sul, BRIC, Conselho de Segurança da ONU.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	O SISTEMA INTERNACIONAL	5
2.1	Realismo	6
2.2	Liberalismo	7
2.3	Os recursos de poder	7
3	O SUBMARINO	8
3.1	Importância para o Poder Naval	9
3.2	Dissuasão	10
4	PODER MILITAR E POLÍTICA EXTERNA	12
5	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	14
5.1	O Brasil e a América do Sul	15
5.2	Os BRIC	17
5.3	A Organização das Nações Unidas (ONU)	19
6	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia se propõe a investigar os possíveis impactos políticos para o Brasil, no âmbito internacional, com a incorporação de submarinos de propulsão nuclear em sua Força Naval.

Para consecução desse objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com ênfase nos documentos mais recentes, pautados em informações atualizadas sobre o cenário internacional.

Inicialmente, no Capítulo 2, é apresentada uma moldura teórica sobre a dinâmica sob a qual ocorrem as relações entre os Estados e os demais atores do sistema internacional. São abordadas, de forma sucinta, as correntes teóricas do realismo e liberalismo, cujos conceitos básicos possibilitam o entendimento dos mecanismos de cooperação e conflito nas relações internacionais.

Ademais, são listados os tipos de recursos de poder e, com base na capacidade de emprego desses recursos, apresentada uma hierarquia dos Estados, proposta por Pecequilo (2010).

Após a abordagem dos conceitos básicos das Relações Internacionais, passa-se ao estudo do aparato militar. No Capítulo 3 o foco é o submarino. Ressalta-se a sua relevância para o Poder Naval, bem como a sua elevada capacidade de dissuasão.

No Capítulo 4, pretende-se interpretar de que modo o poder militar se relaciona com na política externa dos Estados, sua capacidade de barganha e autonomia.

No Capítulo 5, é apresentado um breve retrospecto da política externa brasileira desde o Século XX para, em seguida, investigar os possíveis impactos políticos para o Brasil com o fortalecimento do seu Poder Naval por meio da incorporação de um submarino nuclear. A investigação limita-se aos aspectos relacionados à busca brasileira por uma maior integração dos países da América do Sul, bem como no esforço por uma maior inserção dos Estados periféricos nos mecanismos decisórios do poder, seja em conjunto com os BRIC, seja nos fóruns mundiais.

Por fim, no Capítulo 6 é elaborada a conclusão do trabalho, com o propósito de sintetizar os assuntos tratados e externar a opinião do autor sobre o assunto.

2. O SISTEMA INTERNACIONAL

Pecequilo (2010) define o sistema internacional como o ambiente no qual se processam a relação entre os Estados, ou as relações internacionais. Nesse sistema, existem dois tipos básicos de atores: os estatais e os não estatais. Atores não estatais se dividem em

Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIGs)¹ e Forças Transnacionais (FTs)².

Devido à ausência de um governo e de leis que definam os parâmetros de comportamento, o sistema internacional é fundamentalmente anárquico. De acordo com a autora, as relações entre os Estados se orientam segundo duas linhas básicas: cooperação e conflito. Há ainda uma divisão em três correntes básicas: o realismo, o liberalismo e o marxismo. Dentro de cada corrente básica existem ainda subdivisões. O realismo pode ser subdividido em realismo clássico e neo-realismo. Dentro do liberalismo, é possível encontrar o idealismo, o neoliberalismo, as teorias funcionalistas, de integração e o construtivismo (PECEQUILO, 2010).

Vale ressaltar que, segundo PECEQUILO (2010, p. 112), “estas não são divisões consensuais dentro das Relações Internacionais tratando-se de uma escolha analítica que, acreditamos, reflete mais adequadamente os componentes de cada pensamento”. A autora acrescenta ainda que “nenhuma teoria, ou forma de pensamento, é capaz de abranger todas as dimensões existentes nas Relações Internacionais. Toda teoria representa visões de uma realidade e permite vê-la a partir de um prisma determinado.” (PECEQUILO, 2010, p. 114).

A partir dessa reflexão daquela autora, é possível constatar que no estudo das Relações Internacionais, em função do elevado número de variáveis envolvidas, não existem soluções fechadas para as questões, como ocorre em outras áreas, como nas ciências exatas, por exemplo.

Nesse sentido, dentro dos objetivos deste trabalho, são abordados apenas os pressupostos básicos das duas primeiras correntes, por serem consideradas adequadas, e suficientes, à investigação dos impactos políticos com a incorporação de um submarino de propulsão nuclear. Tratando especificamente deste caso, é possível observar mais adiante a atuação dos mecanismos de cooperação entre Estados, nas transferências de tecnologia, por exemplo, bem como a busca pelo equilíbrio de poder a partir do incremento do poderio militar.

2.1. Realismo

¹ As OIGs tem o propósito de organizar foros de debates para buscar soluções para determinadas questões internacionais. São exemplos de OIGs: Organização Mundial de Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas (ONU). (PECEQUILO, 2010).

² As Forças Transnacionais são ligadas a sociedade civil e não ao Estado. Compõe as FTs: Organizações Não-Governamentais (ONGs), Companhias Multinacionais ou Transnacionais (CMNs), grupos da sociedade civil e a opinião pública internacional (PECEQUILO, 2010).

De acordo com Pecequilo (2010, p.115), “mesmo por seus críticos, o realismo é reconhecido como a corrente teórica ainda dominante das Relações Internacionais.”

A teoria fundamenta-se na competição e disputa. Os homens são de natureza má e perversa e sempre buscam a realização de seus interesses individuais. O sistema internacional é composto por Estados soberanos, considerados seus principais atores e que se relacionam num ambiente anárquico, uma vez que não há qualquer princípio organizador. A possibilidade de guerra é latente (PECEQUILO, 2010).

A ordem do sistema internacional ocorre a partir do equilíbrio de poder entre os Estados, que utilizam tal mecanismo de forma a garantir a sobrevivência. É possível ilustrar esse conceito por meio do seguinte trecho:

Os Estados buscam o equilíbrio de poder não para obter a paz, mas para prevenir o surgimento de um poder único que subjuguie os demais, para garantir a independência e a sobrevivência e para preservar o sistema anárquico de soberanias autônomas. Na lógica do equilíbrio, a estabilidade é mantida pela competição entre unidades de poderes mais ou menos semelhantes que acabam se anulando mutuamente à medida que cada uma está perseguindo seus interesses. (PECEQUILO, 2010, p. 123).

Nesse sentido, a autora acrescenta que a estrutura do poder mundial pode ocorrer segundo quatro arranjos básicos: unipolaridade, bipolaridade, multipolaridade e a unimultipolaridade. O primeiro arranjo ocorreu durante o Império Romano, que figurava como potência única. A bipolaridade no período da Guerra Fria (1947-1989), com a polarização Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A multipolaridade pode ser exemplificada pelo período entre 1815 e 1914, no qual havia um equilíbrio entre Prússia, Rússia, França, Império Austro-húngaro e a Grã-Bretanha. Por último, a unimultipolaridade ocorre nos dias atuais em que há uma potência hegemônica (EUA) convivendo com um arranjo multipolar (União Européia, BRIC³, Japão e Periferia). (PECEQUILO, 2010).

Contudo, ressalta a autora, o estado contínuo de disputa, tem seu efeito negativo, mesmo para os vencedores, pois impede no longo prazo que seus objetivos mais nobres se concretizem, com tudo se resumindo a uma luta pela sobrevivência (PECEQUILO, 2010).

2.2. Liberalismo

³ A sigla refere-se ao grupo de países emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia, e China. Alguns autores já incluem no grupo a África do Sul. O termo foi criado pelo analista de mercado Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs em 2001. (ESPERANÇA JUNIOR, 2009).

O liberalismo parte do princípio de que a natureza dos homens é boa, e como consequência os Estados formados por estes seriam propensos à cooperação. As guerras e os conflitos seriam evitáveis.

O texto apresentado a seguir auxilia na compreensão do mecanismo de cooperação:

Três fatores são fundamentais para incrementar a cooperação: a interdependência econômica, a disseminação da democracia e as instituições internacionais que criam “espirais de cooperação”. Os “espirais” levam os Estados a atuarem conjuntamente para seu próprio benefício. Mais ainda, além dos Estados, outros atores de origem privada estarão interagindo no sistema como as Forças Transnacionais (CMNs, ONGs). (PECEQUILO, 2010, p.141).

O liberalismo reconhece, portanto, a importância de outros atores, além dos Estados. Reconhece ainda o estado de anarquia presente no sistema internacional, porém a desordem pode ser controlada por leis e por mecanismos apropriados. A cooperação tenderia a levar a sociedade a um estado de governança global (PECEQUILO, 2010).

2.3. Os recursos de poder

O poder nas relações internacionais, definido por PECEQUILO (2010, p. 57), é “um meio e um fim a partir do qual se instaura uma relação de dominação na qual uma ou mais partes obedecem à outra”. A autora estabelece que o mesmo pode ser exercido pela violência, por meio do emprego da força, ou pela razão, com base no convencimento.

O poder pode ser composto por dois tipos de recursos básicos: o *hard power* e o *soft power*. O *hard power* está relacionado aos recursos materiais que podem ser sentidos e vistos, enquanto o *soft power* é composto por elementos intangíveis.

Bertonha (2010a) apresenta alguns componentes do *soft power*: cultura, simpatia de um povo, língua e diplomacia; e do *hard power*: a força militar e a força econômica. A localização e geografia de um país, o tamanho do seu território e da população também são exemplos de *hard power*.

A partir dessas definições, Pecequilo (2010) estabelece uma classificação para os Estados em função da posse e do emprego desses recursos, bem como da capacidade de converter poder potencial em poder real. As superpotências ou potências mundiais (EUA) dominam tanto o *hard* quanto o *soft power* e os utilizam alternadamente como forma de dominação e manutenção da hegemonia. As potências regionais nível I (França, Alemanha, Japão e Inglaterra) equilibram bem os recursos *hard e soft*, mas só conseguem projeção de poder regionalmente, embora tenham ocupado no passado posições de liderança no sistema

internacional. As potências regionais nível II (Brasil, China, México e Índia), também denominadas países periféricos, potências médias ou países emergentes, ainda conseguem projetar poder regionalmente, embora em menor escala. As potências nível II, em sua grande maioria, foram colônias das potências nível I. Existem ainda os Estados de papel local (Equador, Bangladesh e Portugal), dotados de poder limitado para atuar no sistema internacional. (PECEQUILO, 2010).

3. O SUBMARINO

O submarino “é um navio de guerra especial, que atua totalmente submerso no meio líquido dos mares e oceanos.” (FRANCO E SILVA, 2008, p.40).

De acordo com o Glossário das Forças Armadas, o submarino pode ser “classificado em convencional, caso dotado de propulsão diesel-elétrica, ou propulsão independente do ar atmosférico e nuclear, caso dotado de sistema propulsor nuclear.” (BRASIL, 2007, p. 246).

Existe ainda uma diferenciação dos submarinos, que “quanto ao emprego, podem ser divididos em: de ataque ou estratégicos. [...] usualmente os submarinos estratégicos se destinam ao lançamento de mísseis balísticos dotados de cabeça de combate nuclear [...]”. (DOS SANTOS, 2009, p.35).

Dos Santos (2009, p.30) esclarece ainda que o projeto brasileiro de desenvolvimento do submarino nuclear irá “contemplar apenas a propulsão, e não o armamento”, em função de compromissos assumidos para o uso pacífico da energia nuclear, conforme a Constituição Federal⁴ e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares⁵.

Assim, é possível inferir que o Programa Nuclear da Marinha (PNM)⁶ almeja um submarino nuclear de ataque, que fará uso tão-somente da propulsão nuclear, mantendo-se classificado como armamento não nuclear e uso pacífico desse tipo de energia, segundo a interpretação do Estado brasileiro.

O programa de desenvolvimento da tecnologia nuclear brasileiro iniciou-se na década de 70 no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo. Em 1982 foi concluído o domínio do ciclo do combustível nuclear. A fase seguinte, com conclusão prevista para 2013, é a construção de um protótipo de reator nuclear para futuramente integrar o submarino

⁴ Constituição Federal – Art. 21, inciso XXIII – [...] toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos [...].

⁵ Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares - Decreto nº 2.864, de 7 de dezembro de 1998.

⁶ Informações sobre o Programa Nuclear da Marinha disponíveis em: <<http://www.mar.mil.br/pnm/pnm.htm>>. Acesso em 13/07/11.

nuclear. Paralelamente, a Marinha do Brasil (MB), com a cooperação da Alemanha, dominou o processo de construção de submarinos convencionais, porém restava ainda a necessidade de projetar sua própria plataforma, de forma a abrigar a tecnologia nuclear em desenvolvimento. Tal carência foi resolvida por meio do acordo de cooperação com a França, país detentor da tecnologia de projeto e construção de submarinos nucleares. (MOURA NETO, 2009).

É necessário ressaltar que atualmente somente seis países possuem o submarino nuclear: EUA, Rússia, França, China, Inglaterra e Índia⁷.

3.1. Importância para o Poder Naval

A Estratégia Nacional de Defesa (END) define como um dos objetivos estratégicos e táticos para o Brasil, o poder de negar o uso do mar ao inimigo. Para consecução desse objetivo deverá possuir uma força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e nucleares. (BRASIL, 2008). Em adição, a Doutrina Básica da Marinha, define como uma das tarefas básicas do Poder Naval, a negação do uso do mar ao inimigo⁸. (BRASIL, 2004).

Segundo Franco e Silva (2008), as principais características do submarino são a capacidade de ocultação, a mobilidade tridimensional em imersão e a possibilidade de operar em áreas controladas pelo inimigo. Esses aspectos exigem um esforço elevado por parte do inimigo, gerado pela incerteza quanto à presença ou não do submarino.

Para ilustrar tal fato, o autor cita passagens da Guerra das Malvinas (1982), quando a presença de submarinos no teatro de operações marítimas alterou a forma de operar dos beligerantes. Do lado argentino, a Marinha se viu obrigada a retornar aos portos, após o afundamento do navio “*General Belgrano*” por um submarino com propulsão nuclear inglês, o HMS “*Conqueror*”. Por outro lado, a presença de um submarino convencional argentino fez com toda a esquadra inglesa operasse afastada da área de conflito. (FRANCO E SILVA, 2008 *apud* ZIMMERMAN, 1990).

Com base nos parágrafos anteriores, é possível inferir que o submarino é um armamento com elevada capacidade de negar o uso do mar pelo inimigo e, portanto, fundamental para o fortalecimento do poder naval de um Estado.

O submarino dotado de propulsão nuclear é uma arma ainda mais poderosa, por ter sua capacidade de ocultação e velocidade ampliadas, bem como aumento do raio de ação.

⁷ Disponível em < <http://www.globalsecurity.org/military/world/india/atv.htm> >. Acesso em 13/07/11.

⁸ Expressão naval que significa “[...] dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo, ou a exploração deste controle [...]”. (BRASIL, 2007, p. 168).

A vantagem do submarino de propulsão nuclear sobre o convencional é elucidada no texto a seguir:

Quando analisados sob a ótica de alguns autores, é o único que pode ostentar a denominação de submarino, enquanto os submarinos convencionais, por necessitarem, de tempos em tempos, expor seus mastros para efetuar a renovação de ar e carregar suas baterias, mais se assemelham a tartarugas e baleias. Metaforicamente, pode-se comparar os submarinos convencionais aos mamíferos aquáticos e o submarino nuclear aos peixes. Assim, podem operar distante de suas bases e quase não requerem vir à superfície. (DOS SANTOS, 2009, p. 35).

O autor esclarece ainda que as desvantagens dos meios de propulsão nuclear são “a grande complexidade de obtenção, construção e manutenção, impondo altos investimentos na sua posse, sendo, em conseqüência, uma opção restrita aos Estados de forte economia e dotados de alta capacitação tecnológica”. (DOS SANTOS, 2009, p.36). No tocante ao custo de posse, o submarino de propulsão nuclear poderá requerer um investimento três a quatro vezes maior se comparado ao convencional. Quando computados os demais custos envolvidos, como por exemplo, manutenção e treinamento, o fator multiplicador pode chegar a dez, o que torna o meio inacessível a Estados mais pobres. (FRANCO E SILVA, 2008 *apud* PEIXOTO, 1995).

3.2. Dissuasão

O termo dissuasão é definido no Glossário das Forças Armadas como “atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos”. (BRASIL, 2007, p. 84).

O conceito pode ser ampliado pelo seguinte texto:

[...] pode-se descrever a dissuasão como uma ameaça em potencial a um oponente, de forma a desencorajá-lo, ou a induzi-lo à reflexão de que o prosseguimento do intento hostil não será compensador. Ou, ainda, é a sugestão ao potencial adversário de que a retaliação será executada de forma desproporcional a uma opção de força ou ato hostil a ser empregado. (FRANCO E SILVA, 2008, p.23).

A importância do poder dissuasório é evidenciada durante um episódio histórico, a Guerra da Lagosta, ocorrido em 1963. Na ocasião, a França insistia em manter pesqueiros realizando a pesca predatória da lagosta no litoral norte brasileiro. Após protestos brasileiros, o Estado francês enviou um navio de guerra para garantir a manutenção da atividade. A despeito da impossibilidade de vencer a França militarmente, a esquadra brasileira foi enviada

para a região, deixando claro que o Brasil não aceitaria tal situação. A atitude do Estado brasileiro forçou uma solução diplomática para o caso (PIERMATEI FILHO, 2007).

Em função de suas características singulares, dentre as quais é possível destacar o poder de ocultação, que impõe ao inimigo o efeito surpresa, o submarino se configura como um armamento de elevado poder dissuasório. Esse fato é corroborado por Franco e Silva (2008, p. 40), quando afirma que o submarino “no estado da arte e adequadamente armado, é um meio dissuasório por excelência.”

Para ilustrar o poder dissuasório dos submarinos contra grandes potências, o mesmo autor cita o caso da Índia que pelo simples fato de utilizar submarinos estratégicos em treinamentos de futuras tripulações, teve respeitado o direito de continuar investindo nesse tipo de armamento, com cooperação técnica da Rússia. (FRANCO E SILVA, 2008 *apud* ZIMMERMAN, 1990).

O poder dissuasório do submarino de propulsão nuclear é ratificado no texto do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Moura Neto (2009), quando ressalta que “na verdade, o relevante não é nem o que ele vai fazer, mas o que pode fazer. E pode tanto, que sua simples existência é suficiente para produzir boa parte dos efeitos desejados com sua posse.” (MOURA NETO, 2009, p. 3).

Nesse sentido, Corrêa (2008) cita que Raymond Aron afirma em seu trabalho que a arma é um instrumento político a serviço da diplomacia e as nucleares, especialmente, existem para não serem usadas. Para Aron, o aparato militar existe para dissuadir e é um instrumento do poder político para evitar a guerra (CORRÊA, 2008 *apud* ARON, 1979). Essa afirmação encontra simetria nas orientações estratégicas presentes no documento de Política de Defesa Nacional:

A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência da capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório. (BRASIL, 2005, p.6)

Com base nos levantamentos apresentados, é possível inferir que o poder de dissuasão é importante tanto para os aspectos estratégicos de defesa quanto para a política externa de um Estado. Este trabalho enfatiza os aspectos ligados à política, os quais são tratados com mais profundidade nos tópicos seguintes.

4. PODER MILITAR E POLÍTICA EXTERNA

A influência do poder militar nas relações entre Estados ganha importância quando analisamos o sistema internacional sob o ponto de vista da corrente realista, já apresentada neste trabalho. Essa corrente teórica defende que as relações internacionais ocorrem sempre num ambiente competitivo e em função disso os atores buscam sempre ampliar seu poder de forma a garantir a sobrevivência.

De acordo com Esperança Junior (2009), em que pese a ocorrência de diversos discursos enaltecendo a paz, a integração e a cooperação entre os Estados, o que se observa no cenário mundial é a prevalência do modelo realista. O “mundo é realista quando estão envolvidas a defesa dos interesses vitais e a manutenção do equilíbrio do poder.” (ESPERANÇA JUNIOR, 2009, p.25).

Segundo o Manual de Mobilização Marítima da MB, o Poder Nacional é composto por cinco expressões de poder: militar, político, econômico, psicossocial e científico-tecnológico, sendo o Poder Nacional definido pelo seguinte texto:

Poder Nacional pode ser entendido como a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional, que é a vontade comum aos grupos e aos indivíduos que compõe a Nação. [...] sendo os Objetivos Nacionais aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórica cultural. (BRASIL, 2010, p. 2-1 - 2-2)

Aquele Manual afirma ainda que repousa sob a Expressão Militar grande responsabilidade, pois cabe a ela em caso de mobilização para fazer frente a uma ameaça, estabelecer “as necessidades para a consecução dos objetivos que a Expressão Política estabeleceu para serem alcançados em um estado de beligerância.” (BRASIL, 2010, p. 2-1)

O Manual faz referência à mobilização nacional em uma situação de conflito iminente. Entretanto, a Expressão Militar também é um importante pilar de sustentação da Expressão Política quando atua de forma dissuasória, como bem definido no trabalho de Franco e Silva (2008, p. 38): “a credibilidade internacional do país é consequência da capacidade de dissuasão representada pelo seu poder militar [...]”

O pensamento de Franco e Silva é corroborado por Alsina Junior (2009), quando afirma que um poder militar precário reduz o campo de manobra da política externa de um Estado, em função da perda de capacidade de barganha e autonomia, expondo-o às vontades dos mais poderosos. A ausência de um poder militar adequado contribui ainda para a diminuição do *soft power* nacional e da credibilidade de sua diplomacia. Estabelece ainda que em função de sua relevância intrínseca, o poder militar não pode de forma alguma ser

ignorado como “ferramenta útil à consecução dos interesses nacionais.” (ALSINA JUNIOR, 2009, p. 189).

Nesse sentido, os estudos de Alsina Junior são bastante úteis para entendimento do mecanismo de atuação do poder militar. Aquela autor cita Scott, que classifica dois modos de poder, quais sejam, a influência corretiva e a persuasiva, e os define como elementos fundamentais das estruturas de dominação no sistema internacional. A primeira atua fundamentada na coerção enquanto a segunda atua na base do comprometimento e da confiança. (ALSINA JUNIOR, 2009 *apud* SCOTT, 2001).

O autor estabelece ainda que as forças armadas, e por consequência o poder militar, “enquanto pilar da influência corretiva, constitui elemento indissociável do poder *lato sensu*⁹”. (ALSINA JUNIOR, 2009, p. 175).

Em um de seus trabalhos, ao comentar sobre formas alternativas de influência entre Estados, Bertonha (2010b) ratifica a importância do poderio militar, ao afirmar que:

Na verdade, a experiência histórica indica que a política externa predominantemente baseada em *soft power*, em vínculos culturais ou emocionais, normalmente é posta em prática quando uma nação não tem condições econômicas e militares de exercer poder de forma mais direta e que, além disso, raramente consegue efeitos significativos a não ser quando associada a elementos mais clássicos, como a influência política e militar direta. (BERTONHA, 2010b, p. 130).

Tomando como base o período entre as duas Guerras Mundiais, o autor sustenta sua afirmação, dando como exemplo países europeus como Itália, Espanha e Portugal, que tentaram influenciar de alguma forma a política latino-americana, e como não dispunham de meios para agir como os Estados detentores de poderoso aparato militar, buscaram meios alternativos de ação, fazendo uso de vínculos culturais e ideológicos. Obviamente, estas políticas não surtiram efeito, em parte pela rejeição dos imigrantes aos governos no poder no continente europeu, mas principalmente pela falta de *hard power*¹⁰ que apoiasse tal ação. (BERTONHA, 2010b).

A partir desses estudos, é possível constatar que um aparato militar crível é um importante pilar de sustentação à política externa dos Estados.

Dentro do contexto apresentado, a posse de um submarino de propulsão nuclear, meio dissuasório por excelência conforme demonstrado anteriormente neste trabalho, não

⁹ Expressão latina que significa no sentido mais amplo da palavra.

¹⁰ Refere-se ao poder militar.

pode ser negligenciada como um importante vetor de projeção de poder de um Estado no cenário internacional.

5. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

De acordo com Pecequilo (2010), o Brasil no tocante à evolução de sua política externa atravessou diversas fases, desde a época do Império.

Neste trabalho, é apresentado um breve retrospecto, elencando os traços principais da política externa do Brasil a partir do Século XX até os dias atuais.

O Século XX no que tange às relações internacionais brasileiras, pode ser dividido em momentos distintos: 1902 a 1961 e 1961 aos dias atuais. No primeiro momento, a política externa brasileira está focada no eixo bilateral hemisférico e nas políticas de alinhamento com os EUA. Inicia-se o processo de industrialização, modernização e urbanização, observando-se os saltos de maior expansão nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. (PECEQUILO, 2010).

Em 1961 surge uma nova fase, sendo o foco desviado para “o processo de multilateralização e globalização das relações internacionais, visando políticas de autonomia”. Fruto de “mudanças internacionais, amadurecimento interno e desenvolvimento político-econômico”, o País busca “minimizar a condição periférica tradicional da diplomacia”, ampliando suas possibilidades no cenário internacional. (PECEQUILO, 2010, p. 226).

Nesse contexto, surge na década de 60 a PEI (Política Externa Independente), que lançou a base para o nacional-desenvolvimentismo, cujo auge do sucesso ocorre durante o regime militar de 1964 a 1985. São destaques desse período a busca por autonomia tecnológica em áreas consideradas estratégicas e o multilateralismo no sistema internacional. (PECEQUILO, 2010).

O País passa pelo processo de redemocratização e segundo aquela autora, “avançamos nossa política de autonomia com retrocessos e pressões”, com a valorização dos aspectos diplomáticos, do juridicismo e a percepção do setor externo como uma “importante alavanca para o progresso e sustentabilidade nacional”. (PECEQUILO, 2010, p. 227 – 228).

Nos tópicos seguintes é abordada a busca da política externa brasileira por uma maior integração sul-americana, pela liderança do grupo de países emergentes e por uma maior participação nas OIGs multilaterais. Dentro dessa perspectiva, é investigada a relevância do poder militar e, mais precisamente, o papel de uma arma de guerra de elevado valor tecnológico e considerável poder dissuasório como o submarino nuclear.

5.1. O Brasil e a América do Sul

De acordo com Dos Santos (2009), é possível observar a tentativa brasileira de se firmar como líder regional no continente sul-americano, especialmente nas “ações governamentais voltadas à criação de órgãos de caráter comercial (Mercado Comum do Sul – MERCOSUL¹¹) e de defesa (Conselho de Defesa Sul-americano – CDS). (DOS SANTOS, 2009, p. 17).

Em seu trabalho, Bertonha (2010a) afirma que o bloco do MERCOSUL não tem conseguido avançar de forma significativa, principalmente no tocante à maior integração dos países menores, como Uruguai e Paraguai. Outro óbice é o comportamento da Argentina, mais preocupada em proteger seu fluxo comercial com o Brasil.

Fora do MERCOSUL, a união sul-americana é ainda menos evidente, com as tentativas da Venezuela de firmar-se como liderança alternativa e a Colômbia cada vez mais próxima dos EUA (BERTONHA, 2010a).

Dentro desse contexto, o Brasil como país mais poderoso do continente, deve ter uma ação mais efetiva no processo de integração sul-americana, sendo sua participação e liderança considerada essencial para viabilizar o progresso, a integração no mercado global e a projeção internacional da região. (BERTONHA, 2010a).

Para incrementar esse processo de integração no continente sul-americano, Alsina Junior (2009) apresenta uma proposta interessante que está ligada diretamente com o desenvolvimento da indústria de defesa local:

[...] a maior capacitação das forças armadas brasileiras permitiria que se pudesse explorar iniciativas de produção conjunta de armamentos com países limítrofes. O Brasil poderia liderar o processo, que a par de incentivar a indústria bélica nacional, aproximaria ainda mais os estamentos militares dos Estados sul-americanos (iniciativa potencialmente auspiciosa prevista nas deliberações do recém-criado Conselho Sul-Americano de Defesa. [...] Isso incentivaria a criação de um pequeno *cluster* de indústrias bélicas no subcontinente, capitaneado pelo Brasil. (ALSINA JUNIOR, 2009, p. 189).

A partir dessa reflexão apresentada por Alsina Junior, o submarino de propulsão nuclear brasileiro, fruto da parceria estratégica entre Brasil e França, ganha relevância uma vez que fomentará a indústria nacional de defesa, conforme abordado no texto do Comandante da Marinha:

¹¹ O MERCOSUL é composto pelos países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Existem ainda seis Estados associados sulamericanos: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/>>. Acesso em 14/07/11.

Um dos aspectos mais notáveis do programa do submarino de propulsão nuclear diz respeito ao salto tecnológico a ser vivido pelo País, em função da transferência de tecnologia, que garantirá ao Brasil a capacidade de desenvolver e construir seus próprios projetos no futuro. (MOURA NETO, 2009, p. 3).

Nesse sentido, o Comandante da Marinha esclarece ainda em seu trabalho que em torno de vinte por cento dos componentes do submarino, cerca de trinta e seis mil itens, serão providos pela indústria local (MOURA NETO, 2009, p. 4). Tal fato, se bem explorado comercialmente, pode empregar o potencial industrial dos países vizinhos, funcionando como um incentivo para a formação do pequeno *cluster* de indústrias bélicas proposto por Alsina Junior.

De acordo com Alsina Junior (2009), com o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras, além da possibilidade de fomento à indústria de defesa da região, também pode ocorrer um incentivo à integração regional a partir da comercialização de material bélico de segunda-mão para os países de menor poder econômico do subcontinente, que seria um gesto de grande valor político.

Alsina Junior (2009) apresenta ainda outras vantagens relacionadas a esse processo de integração regional capitaneado pelo Brasil. Destacam-se a demonstração brasileira de intenções não hegemônicas¹² na região e um aumento “da coesão política e econômica sul-americana, ampliando o poder de barganha do País tanto no relacionamento com seus vizinhos quanto com potências extra-regionais.” (ALSINA JUNIOR, 2009, p. 189-190).

Além do aspecto político-econômico abordado há ainda a questão militar. Segundo Bertonha (2010a), os submarinos de propulsão nuclear e a compra planejada de mais alguns navios de superfície darão ao Brasil a mais poderosa força naval do continente em 2020, estabelecendo dessa forma um tipo de hegemonia.

Com base nos estudos desses autores é possível compreender que o submarino de propulsão nuclear brasileiro pode ser uma ferramenta extremamente útil ao Brasil nos campos econômico, político e militar e, caso bem explorada, teria utilidade também no incentivo à integração regional, atendendo dessa forma a uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

5.2. Os BRIC

¹² Alsina Junior destaca em seu trabalho que a política externa brasileira na América do Sul objetiva, especialmente, a manutenção da estabilidade no subcontinente e, nesse sentido é cautelosa ao demonstrar aspirações à liderança ou hegemonia.

De acordo com Bertonha (2010a), os BRIC, grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia e China, vem ganhando expressão nas relações internacionais nos últimos anos, sendo que a esse grupo juntam-se outros países médios como o México, por exemplo.

Segundo aquele autor, a ascensão desse grupo, formado por emergentes nas decisões mundiais, representa uma transformação na economia e distribuição do poder no cenário internacional e tem se manifestado em diversas organizações multilaterais. (BERTONHA, 2010a).

Coaduna-se com essas reflexões, o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Moura Neto (2009), ao comentar sobre as mudanças observadas no cenário mundial no início do Século XXI, em especial sobre dos desdobramentos da crise financeira internacional:

Ainda que, ao final dessa crise, reste apenas uma superpotência militar, os Estados Unidos da América (EUA), como de resto, parece certo, em outras dimensões deverá haver alguma **redistribuição de poder**, particularmente na área financeira, **com a entrada em cena de atores que ganharam peso e passaram a influenciar a economia, as finanças e o comércio mundiais, como o Brasil, a Rússia, a Índia, a China (conhecidos como BRIC), e a Coréia do Sul, por exemplo. Com isso, o Brasil adquire maior importância, deslocando-se da periferia para mais próximo do centro.** (MOURA NETO, 2009, p. 5, grifo nosso).

Por outro lado, esclarece Bertonha (2010a), a sigla indica uma homogeneidade inexistente em termos práticos face à diversidade de interesses políticos, o que dificulta a criação de uma política comum, salvo em áreas bem específicas, como a busca por um mundo mais multipolar.

Segundo Bertonha(2010a), um elemento importante que influencia a capacidade de atuação de cada membro do grupo no cenário internacional, é a diversidade de recursos de poder disponíveis para cada uma dessas nações, conforme apresentado a seguir.

A Índia conta com uma economia em crescimento e razoável aparato militar, entretanto tem problemas de estabilidade no âmbito doméstico e está inserida numa região hostil. A Rússia é uma forte potência militar, possui tradição diplomática, mas sua recuperação econômica é incerta e muito dependente do petróleo. A China é forte econômica e militarmente, porém existem incertezas quanto à sua capacidade de manter o suprimento de matérias primas e energia para sustentar seu crescimento, além de dúvidas se o Partido Comunista conseguirá modernizar a sociedade sem romper o tecido social. (BERTONHA, 2010a).

Por fim, temos o Brasil, que possui abundância de recursos naturais, uma economia mais moderna e em forte crescimento, uma diplomacia reconhecida internacionalmente e está inserido numa região sem grandes tensões. O autor aponta como principais dificuldades brasileiras a educação ainda deficiente, o que dificulta a transição para a era do conhecimento, e o poderio militar insuficiente. (Bertonha, 2010).

Bertonha (2010a) constata ainda que o Brasil é o BRIC menos armado e cita que todos os outros componentes do grupo emergente possuem armas nucleares e aparato militar suficiente para intervir, pelo menos, nas áreas vizinhas, enquanto a capacidade brasileira para fazer o mesmo é duvidosa. Ampliando um pouco mais o raio de ação de suas forças militares, todos os BRIC teriam dificuldades, porém o poder militar brasileiro ainda seria o menos eficaz.

A insuficiência de meios para uma ação militar brasileira é corroborada por Dos Santos (2009), ao afirmar que “o inventário de navios à disposição da MB está aquém da missão atribuída. A Marinha consegue executar, em parte, esta tarefa em área delimitada e por um período curto de tempo.” (DOS SANTOS, 2009, p. 20).

Bertonha (2010a) reconhece a tradição pacífica do Brasil, bem como o relevante papel da diplomacia brasileira, mas ressalta que o país não deve esquecer dos aspectos do *hard power*, que tem como um de seus componentes o poderio militar. Segundo o autor, sem a presença do *hard power*, a própria diplomacia torna-se menos crível e não é capaz de mudar a realidade. Partilha da mesma opinião, Alsina Junior (2009), ao afirmar que o poder militar “é imprescindível para que o desenvolvimento nacional possa seguir seu curso sem interferências externas cerceadoras.” (ALSINA JUNIOR, 2009, p.187).

Destacada a importância do poderio militar, faz-se necessário avaliar qual seria a contribuição de um submarino nuclear. Nesse sentido, Bertonha (2010a) colabora de forma relevante ao afirmar que o submarino, em especial, o de propulsão nuclear, é crucial para o Brasil, pois além de dar capacidade de dissuasão frente às grandes potências, proporcionará ao país um salto estratégico. Com o submarino nuclear, o país deixa de ser o único BRIC desarmado e adquire mais capacidade de atuação no cenário internacional. (BERTONHA, 2010a).

5.3. A Organização das Nações Unidas (ONU)

Após o término da Segunda Guerra Mundial, representantes de cinquenta países criaram a ONU¹³. Na ocasião, foi produzido um tratado, a Carta das Nações Unidas, cujo objetivo é regular o uso da força nos conflitos entre Estados. De acordo com o estabelecido na Carta, o uso da força só é permitido em duas situações: com autorização do Conselho de Segurança da ONU ou em legítima defesa (BYERS, 2007).

O Conselho de Segurança é composto por quinze países, sendo cinco permanentes, com o cobiçado poder de veto sobre qualquer resolução proposta. Já a Assembléia Geral é composta por todos os países-membros da ONU (BYERS, 2007).

Os membros permanentes do Conselho são: China, EUA, França, Inglaterra e Rússia. Os outros dez membros são selecionados alternadamente para mandatos de dois anos, sendo distribuídos segundo critérios geopolíticos: a Europa contribui com dois membros, África e Ásia com cinco e América Latina e Caribe com dois (ARRAES, 2005).

Apesar de sua importância no sistema internacional, o Conselho de Segurança ainda representa “o arranjo original de poder datado ainda do período de sua fundação”, mesmo com o fim da Guerra Fria e a “nova configuração político-econômica” no cenário mundial. (ARRAES, 2005, p. 2).

Segundo Arraes (2005), a obtenção de um assento permanente no Conselho representa ampliação de prestígio para o Estado no cenário internacional, legitimando muitas vezes a adoção de determinadas medidas políticas e econômicas. Em função disso, a diplomacia brasileira busca ocupá-lo de forma fixa, desde a existência de seu predecessor, o Conselho Executivo da Liga das Nações.

As autoridades brasileiras tem se manifestado internacionalmente diversas vezes defendendo uma participação maior dos Estados periféricos, a partir da ampliação e reforma do Conselho de modo a refletir a nova realidade mundial, democratizando os mecanismos decisórios de poder (ARRAES, 2005). Segundo Pereira (2008), citado por Araujo (2009), há um consenso quanto à necessidade de reforma, porém não uma definição de como executá-la.

Nesse contexto de mudança iminente, esclarece Araujo (2009), se insere o Brasil como candidato regional da América Latina e Caribe, cujo pleito é justificado especialmente pela maior participação brasileira em missões de paz da ONU e maior participação financeira no orçamento da Organização, bem como pela manutenção do foco da política externa no

¹³ A ONU é composta pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Segurança. A Assembléia Geral tem poderes tão-somente para recomendar sanções econômicas e ações militares, enquanto o Conselho possui autoridade ampla para decidir quais ações devem ser implementadas para a manutenção ou restabelecimento da paz e da segurança internacional. (BYERS, 2007).

sentido de obter o assento permanente e na busca de apoio dos demais países (ARAÚJO, 2009).

No ano de 2004¹⁴, o G4, grupo formado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão, apresentou uma proposta para criação de mais seis novos membros permanentes, de forma a acomodar os proponentes, além de dois países africanos. O documento contemplava ainda a criação de quatro vagas não permanentes (ARAÚJO, 2009). Essa reforma ampliaria a legitimidade e representatividade do Conselho.

Vale ressaltar, contudo, que integrar o Conselho pressupõe a capacidade militar para atuar em conflitos fora da fronteira (ARRAES, 2005), assumindo compromissos com a comunidade internacional no sentido de prover a manutenção da paz e segurança (ARAÚJO, 2009). Para consecução desse objetivo, faz-se necessário possuir um aparato militar compatível. Nesse sentido, esclarece Bertanha (2010a), os submarinos nucleares aliados à compra planejada de mais navios de superfície dariam ao Brasil uma poderosa força naval por volta de 2020. Tal fato, embora não garanta o pleito, poderia alavancar as pretensões brasileiras a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

5. CONCLUSÃO

O Programa Nuclear da Marinha (PNM), iniciado na década de 70, deve disponibilizar uma importante ferramenta política ao Estado brasileiro nos próximos anos. Após o domínio da tecnologia de construção de submarinos convencionais, bem como do ciclo do combustível nuclear, o Brasil deu um passo relevante em direção à posse de um submarino de propulsão nuclear, por meio de uma parceria estratégica com a França.

Essa conquista representará um salto estratégico para o País, colocando-o em um novo patamar no cenário internacional ao entrar para o rol de Estados detentores desse tipo de armamento, atualmente empregado por apenas seis países, três dos quais componentes dos BRIC: China, EUA, França, Rússia, Inglaterra e Índia.

O fortalecimento do Poder Militar ganha destaque, uma vez que, no mundo contemporâneo, embora temas como a cooperação entre os povos e a manutenção da paz mundial sejam muito comuns nos discursos de Chefes de Estado, o que se observa na realidade é uma clara tendência à prevalência da teoria realista, com os Estados mais fortes impondo sua vontade aos demais, por meio do poder econômico ou intervenção militar direta, fazendo prevalecer, desta forma, os seus interesses como nação.

¹⁴ Informação retirada do texto Reforma da ONU, sítio do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.itamaray.gov.br/temas/reforma-da-onu>. Acesso em 08/07/11.

Investimentos para o fortalecimento do aparato militar, mostram-se ainda mais importantes para um país que vem ganhando destaque internacional como o Brasil, seja pela pujança de sua economia, seja pela relevante participação de sua diplomacia nos fóruns mundiais, especialmente os de caráter econômico e comercial.

Vale ressaltar, que apesar da tradição pacífica como nação, e da valorização do caráter diplomático no relacionamento com outros Estados, o Brasil não pode abdicar de uma força militar compatível com a sua importância no cenário mundial. Possuir um aparato militar bem dimensionado e crível, não pressupõe o abandono do aspecto diplomático, muito pelo contrário, a diplomacia ganha credibilidade quando conta com o apoio de um poderio militar adequado. Ademais, o Poder Militar não precisa ser efetivamente empregado para ter efeito, em função de seu caráter dissuasório.

Nesse processo de migração da periferia para mais perto dos Estados centrais, é natural o esforço despendido pela política externa brasileira no sentido de obter uma maior inserção nos mecanismos decisórios do poder. Porém, uma maior participação nesses mecanismos também implicará em novas demandas, pois requererá uma maior capacidade do Estado para atuar no cenário internacional, bem como para sustentar seus posicionamentos muitas vezes conflitantes com os outros atores.

O submarino de propulsão nuclear integrando a Poder Naval brasileiro poderia contribuir nesse sentido, destacando a importância do Brasil no sistema internacional junto aos outros BRIC também na esfera militar, cuja capacidade ainda é insuficiente conforme identificado neste trabalho.

Outro aspecto importante a ser destacado está relacionado à busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como candidato regional da América Latina e Caribe, em conjunto com os outros países-membros do G4. O submarino de propulsão nuclear contribuiria para consolidar a posição brasileira como potência regional, e poderia alavancar o pleito brasileiro.

Por fim, o destaca-se ainda um aspecto de ordem econômica, política e militar. Com a transferência de conhecimento e o salto tecnológico que ocorrerá a partir da parceria entre o Brasil e a França no processo de concepção do submarino de propulsão nuclear, surge a possibilidade de explorar iniciativas de produção em conjunto com os países vizinhos, criando-se, desta forma, um pólo industrial bélico capitaneado pelo Brasil no subcontinente. Tal medida poderia contribuir de forma significativa para a maior integração dos países da América do Sul.

A incorporação de um submarino de propulsão nuclear definitivamente não encerra a questão relacionada ao fortalecimento do Poder Militar no Brasil, mas certamente projetaria o País a um novo patamar dentro do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 52, n.2, p 173-191, 2009.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre nações**. Brasília, DF: UnB, 1979.
- ARRAES, Virgílio Caixeta. **O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 48, n.2, p 152-168, 2005.
- BERTONHA, João Fábio. **Brazil: an emerging military Power? The problem of the use of force in brasilian international relations in the 21st century**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 53, n.2, p 107-124, 2010.
- _____. **O fim da hegemonia americana na América do Sul? Rússia, China e União Européia como atores regionais?** Revista Negócios Estrangeiros, n.18, p.121-141, dez. 2010.
- BRASIL. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Rev. 1. Brasília, DF, 2004.
- _____. **EMA-401: Manual de Mobilização Marítima**. Rev. 2. Brasília, DF, 2010.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa: paz e segurança para o Brasil**, Brasília, DF, 2008.
- _____. **MD 35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. Brasília, DF, 2007.
- _____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br>> . Acesso em 21 jun. 2011.
- BYERS, Michael. **A lei da guerra. Direito Internacional e conflito armado**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2007.
- CORRÊA, Fernanda das Graças. **O submarino de propulsão nuclear e a estratégia nacional**. Revista de estudos estratégicos, n.3, p 193-106, 2008.
- DOS SANTOS, Jorge Antônio Vasconcelos. **Proposta de estratégia para determinação de características operacionais relevantes para o emprego tático do submarino nuclear nacional**. 2009. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2009.
- ESPERANÇA JUNIOR, Santos Jorge. **Dissuasão e política externa: A relação do poder militar e a diplomacia no Brasil: Diplomacia e Defesa, temas indissociáveis**. . 2009. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2009.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8.ed. ver. e ampl. por Júnia L. França e Ana C. de Vasconcellos. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FRANCO E SILVA, Márcio Magno de Farias. **O submarino nuclear e a nova dimensão estratégica para o poder naval brasileiro.** 2008. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

MOURA NETO, Júlio Soares. **Comandante da Marinha: A importância da construção do submarino de propulsão nuclear brasileiro.** Brasília, 2008. Disponível em:<<https://www.mar.mil.br/imprensa/pronunciamentos.html>>. Acesso em 15/06/11.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais.** 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEIXOTO, Orpet J. Marques. **O Uso da Energia Nuclear e o Poder Marítimo nos Próximos Trinta Anos.** Monografia – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1995.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Paz e Segurança no Sistema Internacional Contemporâneo: A necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.** Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, ed. 11, p. 6-24, jun. 2008.

PIERMATEI FILHO, Orestes. **A importância estratégica de uma Força Naval para o Brasil.** Juíz de Fora, MG: UFJF, dez. 2007. Disponível em:<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/index.php?option=com_content&task=view&id=1240&Itemid=67>. Acesso em: 15/06/11.

SCOTT, John. **Power.** Polity Press, p. 12-16. Cambridge, 2001.

ZIMMERMAN, Stan. **Submarine Tecnology for the 21st. Century.** Pasha Publications Inc. Arlington, 1990.